

RELATÓRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

2.º TRIMESTRE DE 2017

ÍNDICE

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL
2. ANÁLISE FINANCEIRA COMPARATIVA
3. ANÁLISE PLANO DE INVESTIMENTOS
4. PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”
5. BALANÇO
6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
7. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS SEE - 2016
8. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

A análise orçamental está feita tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento aprovado, em janeiro de 2017, pelo Conselho de Administração da APSS (DE 01/17 CA).

O 2.º Trimestre de 2017 foi encerrado com Resultados Líquidos positivos de 2,1 milhões de euros, atingindo valores superiores ao previsto para este período em 28,3% (+460 mil euros).

Unid: Euros				
	ORÇAMENTO JUN/2017	REAL JUN/2017	DIF. (R-O)	% (R-O)
RESULTADOS OPERACIONAIS	2.090.709	2.744.879	654.170	31,3%
RESULTADOS FINANCEIROS	52.000	42.731	-9.269	-17,8%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	2.142.709	2.787.610	644.901	30,1%
IMPOSTOS	515.495	699.978	184.483	35,8%
RESULTADOS LÍQUIDOS	1.627.215	2.087.632	460.418	28,3%

Resultados Operacionais

No trimestre em análise, a atividade Operacional da APSS ficou acima do orçamentado em 31,3% (+654 mil euros).

Os Gastos Operacionais foram inferiores ao orçamentado em 12,9% (-1.272 mil euros). Na generalidade as rubricas desta natureza registaram valores inferiores ao previsto, com destaque para os “Fornecimentos e Serviços Externos” e “Gastos com Pessoal”.

No caso dos Fornecimentos e Serviços Externos as rubricas que apresentaram decréscimos mais relevantes face ao previsto foram: “Trabalhos Especializados”, “Conservação e Reparação”, “Honorários”, “Eletricidade” e “Comunicações”.

Ainda nos Fornecimentos e Serviços Externos, registam-se como exceção à tendência de redução face ao orçamentado, as rubricas de “Água” e “Transporte de Pessoal” que apresentam valores acima do previsto em 76,2 mil euros e 4,6 mil euros, respetivamente.

Os Rendimentos Operacionais também registaram, no final do período em análise, valores abaixo do orçamentado (-5,2%; -618 mil euros), com destaque para o decréscimo de ganhos ao nível das “Concessões” (-558 mil euros; -9,9%) e das “Taxas e Licenças” (-74 mil euros; -7,4%). A salientar o aumento de 3,4% (+101 mil euros) verificado nos “Serviços Portuários” e mais em específico na “TUP Navio”.

No entanto, a redução verificada no gastos mais do que compensou a quebra verificada nos rendimentos, nomeadamente das concessões.

Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros registaram um valor inferior ao orçamentado em 9,3 mil Euros (-17,8%), sendo esta variação justificada pelo contínuo decréscimo das taxas de juro dos depósitos a prazo no IGCP.

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO JUN/2017	REAL JUN/2017	DIF. (R-O)	% (R-O)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	1.585.110	1.309.498	-275.612	-17,4%
Trabalhos Especializados	279.639	158.911	-120.728	-43,2%
Publicidade e Propaganda	37.825	35.443	-2.382	-6,3%
Vigilância e Segurança	136.860	124.681	-12.179	-8,9%
Honorários	39.000	268	-38.732	-99,3%
Conservação e Reparação	251.975	151.781	-100.194	-39,8%
Ferramentas e Utensílios	2.500	3.444	944	37,8%
Livros e Documentação Técnica	1.450	948	-502	-34,6%
Material de Escritório	10.000	8.494	-1.506	-15,1%
Artigos para Oferta	2.000	0	-2.000	-100,0%
Electricidade	219.387	198.232	-21.155	-9,6%
Combustíveis	83.300	74.835	-8.465	-10,2%
Água	257.500	333.671	76.171	29,6%
Outros Fluídos	2.500	1.666	-834	-33,4%
Deslocações e Estadas	15.425	8.512	-6.913	-44,8%
Transp. Mercadorias/Pessoal	10.000	14.595	4.595	45,9%
Rendas e Alugueres	1.250	1.154	-96	-7,7%
Comunicações	44.900	26.184	-18.716	-41,7%
Seguros	17.100	12.509	-4.591	-26,8%
Contencioso e Notariado	10.000	5.973	-4.028	-40,3%
Despesas de Representação	10.000	1.227	-8.773	-87,7%
Limpeza/Higiene/Conforto	139.750	140.421	671	0,5%
Outros Fornecimentos e Serviços	12.750	6.551	-6.199	-48,6%
GASTOS COM PESSOAL	4.462.252	3.806.436	-655.816	-14,7%
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	3.219.368	2.933.987	-285.381	-8,9%
PERDAS DE IMPARIDADE - DIVIDAS A RECEBER	50.000	50.142	142	0,3%
PROVISÕES	0	0	0	100,0%
OUTROS GASTOS E PERDAS	518.041	462.896	-55.145	-10,6%
GASTOS OPERACIONAIS	9.834.772	8.562.960	-1.271.812	-12,9%
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	1.000	0	-1.000	-100,0%
TOTAL DE GASTOS E PERDAS	9.835.772	8.562.960	-1.272.812	-12,9%

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GANHOS	ORÇAMENTO JUN/2017	REAL JUN/2017	DIF. (R-O)	% (R-O)
SERVIÇOS PORTUÁRIOS	3.010.316	3.111.339	101.023	3,4%
TUP Navio	1.320.401	1.490.820	170.419	12,9%
Armazenagem	31.026	70.268	39.243	126,5%
Aluguer Equipamento	902	729	-173	-19,2%
Pilotagem	1.600.000	1.500.879	-99.121	-6,2%
Fornecimento Pessoal	11.990	15.624	3.634	30,3%
Estacionamento (TES)	8.921	6.869	-2.053	-23,0%
Outros	37.076	26.149	-10.927	-29,5%
TAXAS E LICENÇAS	993.876	920.232	-73.644	-7,4%
Taxas de Ocupação	804.541	754.452	-50.088	-6,2%
Licenças Diversas	31.456	29.936	-1.520	-4,8%
Náutica de Recreio	157.879	135.843	-22.036	-14,0%
CONCESSÕES	5.636.668	5.078.437	-558.231	-9,9%
Concessão Multiusos - Zona 1	1.084.849	975.169	-109.679	-10,1%
Concessão Multiusos - Zona 2	2.622.692	2.184.109	-438.584	-16,7%
Concessão Sapec Granéis Sólidos	204.895	185.940	-18.955	-9,3%
Concessão Sapec Granéis Líquidos	83.918	83.634	-284	-0,3%
Concessão Praias do Sado	123.415	116.991	-6.425	-5,2%
Concessão Autoeuropa	260.869	260.532	-337	-0,1%
Concessão Tanquisado	78.978	78.978	0	0,0%
Concessão Secil	314.647	314.661	15	0,0%
Concessão Teporset	322.476	322.199	-277	-0,1%
Concessão Uralada	37.664	37.616	-49	-0,1%
Concessão Portugália	11.920	14.900	2.980	25,0%
Concessão Docapesca	136.994	145.162	8.168	6,0%
Concessão Clube Naval Sesimbra	18.146	18.771	625	3,4%
Concessão Lallemand (ex-Mauri)	153.440	153.397	-43	0,0%
Concessão Repsol	20.425	20.451	26	0,1%
Concessão Atlantic Ferries	129.600	129.647	47	0,0%
Concessão Marina Tróia	14.895	19.440	4.545	30,5%
Concessão Artesanalpesca	16.844	16.839	-5	0,0%
Concessão Marina Marbelha	0	0	0	0,0%
TRABALHOS P.P. EMPRESA	75.000	0	-75.000	-100,0%
REVERSÕES DE AJUSTAMENTOS	20.000	8.588	-11.412	-57,1%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2.189.621	2.189.244	-378	0,0%
RENDIMENTO OPERACIONAIS	11.925.481	11.307.839	-617.642	-5,2%
JUROS, DIVID. E OUT. REND. SIMILARES	53.000	42.731	-10.269	-19,4%
TOTAL RENDIMENTOS	11.978.481	11.350.570	-627.911	-5,2%

2. ANÁLISE COMPARATIVA REAL 2017/REAL 2016

A Conta de Exploração do 2.º Trimestre de 2017 foi sujeita a determinados ajustamentos extra-contabilísticos (como por ex. Amortizações, Subsídios ao Investimento, Gastos com Pessoal), que visam o cumprimento do Princípio Contabilístico da Especialização das perdas e dos ganhos.

Com a adoção de uma política contabilística concertada com as demais administrações portuárias no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos por concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente para a empresa no final dos respetivos contratos, a APSS considerou as infraestruturas portuárias construídas no âmbito das Concessões da Teporset e Atlantic Ferries, que irão reverter para a APSS no final do contrato de concessão.

Os *Resultados Líquidos da APSS*, no final do período em análise, atingiram o montante de cerca de 2,1 milhões de euros, inferiores em 6,9% face aos Resultados obtidos em igual período de 2016, devido essencialmente à quebra registada ao nível dos Resultados Operacionais (-6%; -175 mil euros).

Com base nos valores obtidos, foram apurados os respetivos impostos (sobre o Rendimento e Diferido), no valor total de 700 mil euros.

Unid: Euros				
	REAL JUN/2016	REAL JUN/2017	DIF. (R17-R16)	% (R-R)
RESULTADOS OPERACIONAIS	2.920.267	2.744.879	-175.388	-6,0%
RESULTADOS FINANCEIROS	51.111	42.731	-8.380	-16,4%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	2.971.379	2.787.610	-183.769	-6,2%
IMPOSTOS	729.612	699.978	-29.634	-4,1%
RESULTADOS LÍQUIDOS	2.241.767	2.087.632	-154.135	-6,9%

Resultados Operacionais

A diminuição dos Resultados Operacionais, face a 2016, resultou do acréscimo dos Gastos Operacionais (+2,6%; +216 mil euros), não compensado pelo aumento dos Rendimentos Operacionais (+0,4%; +40 mil euros).

Gastos Operacionais

A variação dos Gastos Operacionais ficou a dever-se ao aumento dos “Gastos com Pessoal” (+6,9%; +247 mil euros), sendo justificado pelo descongelamento das progressões nas carreiras, que no ano de 2016 apenas ocorreu no 2º semestre.

Também os “Fornecimentos e Serviços de Terceiros” registaram um aumento de 15 mil euros (+1,1%), ainda que umas rubricas apresentem aumentos, como sejam a “Água” (+91 mil euros; +37,4%) e os “Combustíveis” (+15 mil euros; 25,6%) e outras reduções, nomeadamente os “Trabalhos Especializados” (-66 mil euros; -29,3%) e as “Comunicações” (-15 mil euros; -36%).

O significativo acréscimo verificado no consumo de água deve-se a uma fuga registada na zona do Mercado de 2.ª Venda (ex-Lota), cuja reparação já ocorreu no passado mês de julho.

As restantes rubricas de gastos operacionais apresentaram valores inferiores aos registados em igual período de 2016.

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL JUN/2016	REAL JUN/2017	DIF. (R17-R16)	% (R-R)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	1.294.926	1.309.498	14.573	1,1%
Trabalhos Especializados	224.781	158.911	-65.870	-29,3%
Publicidade e Propaganda	28.090	35.443	7.352	26,2%
Vigilância e Segurança	124.906	124.681	-225	-0,2%
Honorários	10.872	268	-10.604	0,0%
Conservação e Reparação	165.226	151.781	-13.446	-8,1%
Ferramentas e Utensílios	734	3.444	2.710	369,2%
Livros e Documentação Técnica	1.893	948	-945	-49,9%
Material de Escritório	8.901	8.494	-407	-4,6%
Artigos para Oferta	1.035	0	-1.035	0,0%
Electricidade	189.242	198.232	8.990	4,8%
Combustíveis	59.579	74.835	15.257	25,6%
Água	242.928	333.671	90.742	37,4%
Outros Fluídos	1.623	1.666	43	2,6%
Deslocações e Estadas	13.962	8.512	-5.451	-39,0%
Transp. Mercadorias/Pessoal	10.351	14.595	4.244	41,0%
Rendas e Alugueres	293	1.154	861	293,9%
Comunicações	40.916	26.184	-14.732	-36,0%
Seguros	16.509	12.509	-3.999	-24,2%
Contencioso e Notariado	4.549	5.973	1.423	31,3%
Despesas de Representação	4.767	1.227	-3.540	-74,3%
Limpeza/Higiene/Conforto	134.811	140.421	5.610	4,2%
Outros Fornecimentos e Serviços	8.957	6.551	-2.406	-26,9%
GASTOS COM PESSOAL	3.559.742	3.806.436	246.694	6,9%
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	2.954.817	2.933.987	-20.829	-0,7%
PERDAS DE IMPARIDADE - DIVIDAS A RECEBER	50.000	50.142	142	0,3%
PROVISÕES	0	0	0	0,0%
OUTROS GASTOS E PERDAS	487.093	462.896	-24.197	-5,0%
	0			
GASTOS OPERACIONAIS	8.346.577	8.562.960	216.382	2,6%
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	0	0	0	0,0%
TOTAL DE GASTOS E PERDAS	8.346.577	8.562.960	216.382	2,6%

Rendimentos Operacionais

Com vista ao cumprimento do Princípio da Especialização foram realizados, neste período, ajustamentos ao nível dos rendimentos resultantes de Taxas e Licenças e Concessões, pela afetação dos correspondentes duodécimos já que a faturação corresponde, na sua maioria, ao ano completo.

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GANHOS	REAL JUN/2016	REAL JUN/2017	DIF. (R17-R16)	% (R-R)
SERVIÇOS PORTUÁRIOS	3.000.566	3.111.339	110.773	3,7%
TUP Navio	1.361.844	1.490.820	128.976	9,5%
Armazenagem	34.116	70.268	36.152	100,0%
Aluguer Equipamento	808	729	-79	-9,7%
Pilotagem	1.555.049	1.500.879	-54.170	-3,5%
Fornecimento Pessoal	13.670	15.624	1.954	14,3%
Estacionamento (TES)	9.328	6.869	-2.459	-26,4%
Outros	25.750	26.149	399	1,5%
TAXAS E LICENÇAS	934.811	920.232	-14.579	-1,6%
Taxas de Ocupação	768.105	754.452	-13.652	-1,8%
Licenças Diversas	34.323	29.936	-4.387	-12,8%
Náutica de Recreio	132.383	135.843	3.461	2,6%
CONCESSÕES	5.169.532	5.078.437	-91.095	-1,8%
Concessão Multiusos - Zona 1	1.072.710	975.169	-97.540	-9,1%
Concessão Multiusos - Zona 2	2.184.521	2.184.109	-412	0,0%
Concessão Sapec Granéis Sólidos	205.242	185.940	-19.302	-9,4%
Concessão Sapec Granéis Líquidos	77.324	83.634	6.310	8,2%
Concessão Praias do Sado	129.743	116.991	-12.752	-9,8%
Concessão Autoeuropa	259.056	260.532	1.477	0,6%
Concessão Tanquisado	38.974	78.978	40.004	102,6%
Concessão Secil	347.602	314.661	-32.940	-9,5%
Concessão Teporset	320.282	322.199	1.916	0,6%
Concessão Uralada	37.402	37.616	213	0,6%
Concessão Portugália	7.408	14.900	7.492	101,1%
Concessão Docapesca	141.759	145.162	3.403	2,4%
Concessão Clube Naval Sesimbra	18.038	18.771	733	4,1%
Concessão Lallemand (ex-Mauri)	152.528	153.397	869	0,0%
Concessão Repsol	20.335	20.451	116	0,6%
Concessão Atlantic Ferries	126.073	129.647	3.574	2,8%
Concessão Marina Tróia	13.793	19.440	5.648	40,9%
Concessão Artesanalpesca	16.744	16.839	95	0,6%
Concessão Marina Marbelha	0	0	0	0,0%
TRABALHOS P.P. EMPRESA	21.151	0	-21.151	0,0%
REVERSÕES DE AJUSTAMENTOS	17.786	8.588	-9.199	-51,7%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2.122.998	2.189.244	66.245	3,1%
RENDIMENTOS OPERACIONAIS	11.266.845	11.307.839	40.994	0,4%
JUROS, DIVID. E OUT. REND. SIMILARES	51.111	42.731	-8.380	-16,4%
TOTAL RENDIMENTOS	11.317.956	11.350.570	32.614	0,3%

No período em análise e comparativamente com o ano de 2016, os rendimentos operacionais registaram um ligeiro acréscimo de 0,4% (+40 mil euros), destacando-se as rubricas de “Serviços Portuários” (+3,7%; +111 mil euros) e “Outros Rendimentos e Ganhos” (+3,1%; +66 mil euros).

O aumento dos Serviços Portuários ficou a dever-se ao acréscimo das rubricas da TUP Navio (+9,5%; +129 mil euros) e Armazenagem (+100%; +36 mil euros), não sendo superior devido ao decréscimo de 3,5% (-54 mil euros) na Pilotagem.

Pela negativa, destacam-se as rubricas de “Taxas e Licenças” e “Concessões”, cujo rendimento ficou abaixo do realizado no ano anterior em -1,6% (-14,6 mil euros) e -1,8% (-91,1 mil euros), respetivamente.

Só as *Concessões Portuárias* é que registaram decréscimos (-2,4%; -113 mil euros) face ao 2.º trimestre de 2016, já que ao nível das *Concessões não Portuárias* se verificou uma variação positiva de 4,4% (+22 mil euros).

As variações negativas de maior relevo foram nas seguintes concessões:

- *Concessão Multiusos – Zona 1*, cujo rendimento decresceu em 9,1% (-98 mil euros), face a igual período de 2016;
- *Concessão Secil*, que registou uma redução 9,5% (-33 mil euros).

Pela positiva a salientar a *Concessão da Tanquisado* e a *Concessão da Portugália*.

3. ANÁLISE DO PLANO DE INVESTIMENTOS

A realização financeira do Plano de Investimentos no final do período em análise atingiu o montante 299 mil euros, que representa 2,7% do valor orçamentado para o corrente ano.

Dos investimentos realizados nos primeiros 6 meses do ano, destacam-se os seguintes:

- A elaboração de estudos e trabalhos específicos relativos ao projeto “*Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal*”.
- Início da obra de reparação e beneficiação da via-férrea da APSS, no porto de Setúbal.
- No âmbito do projeto “Sistema de Informação Portuário”, foram concluídos os projetos: CUP - Cartão Único Portuário, JUP II - Janela Única Portuária e FUP - Fatura Única Portuária, estando em desenvolvimento trabalhos relativos à estatística portuária com base na JUP II.

PLANO DE INVESTIMENTOS 2017

PROJECTOS	2017	jun-17
PORTO COMERCIAL: LOGÍSTICA PORTUÁRIA		
Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal	3.999.550	46.743
Requalificação de Infraestruturas e acessos aos Terminais RO-RO e TMS2	1.550.000	
Modernização das linhas férreas na área de jurisdição da APSS	400.000	128.450
Melhoria dos acessos ferroviários à zona central do porto	540.000	
Sistema de Informação Portuário	1.155.500	85.593
AMBIENTE E SEGURANÇA		
Melhoria da Eficiência Energética	183.305	
Lancha de Pilotagem	400.000	
Equipamento de Transporte	251.000	
Melhoria do Assinalamento Marítimo	31.000	
PORTO DE PESCA		
Reabilitação do Edifício do Mercado de 2ª venda (ex-lota)	471.000	
Reabilitação do Edifício dos Cacifos para aprestos marítimos	30.000	
Ordenamento da área envolvente da Doca dos Pescadores	590.000	
Ordenamento do porto de Sesimbra	227.500	
PORTO-CIDADE		
Reabilitação na frente ribeirinha	365.000	4.810
Reabilitação da Doca de Recreio das Fontainhas	100.000	
Requalificação do terrapleno e execução de rampa de alagem em Santa Catarina	160.000	
Remodelação dos Edifícios da Autoridade Portuária	129.000	
OUTROS INVESTIMENTOS	505.700	33.628
TOTAL	11.088.555	299.224

4. PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”

Tendo como principal objetivo a redução dos prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas, foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 14 de fevereiro, o PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”. Este programa abrange serviços e fundos da administração direta e indireta do Estado, Regiões Autónomas, os municípios e empresas públicas, de acordo com diferentes regras e mecanismos.

De acordo com o definido no n.º 6 do Anexo à RCM n.º 34/2008 e alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril, a evolução do Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores (PMP) da APSS é o seguinte:

PMP	30-09-2016	31-12-2016	31-03-2017	31-03-2017
Prazo Médio de Pagamentos	39	46	43	50

No 2.º Trimestre de 2017, o Prazo Médio de Pagamentos registou um acréscimo de 16%, correspondente a um aumento de 7 dias.

A APSS considera como crédito não reconhecido, toda a faturação emitida pela empresa Águas do Sado, referente à taxa de saneamento, por a considerar indevida, não tendo intenção de a liquidar. Estando, no entanto, em análise a reclamação efetuada junto da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos. A esta dívida acresce também, como um crédito não reconhecido, o montante de 277 mil euros correspondentes às faturas não aceites de 2005 e 2006.

5. BALANÇO

		Unid.: Euros	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		30-06-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos Intangíveis		202.784,89	124.656,59
Ativos fixos tangíveis		77.779.399,72	80.492.290,86
Clientes M/L Prazo		0,00	0,00
Outras Contas a Receber		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		692,40	484,68
Ativos por impostos diferidos		340.140,85	350.603,40
		78.323.017,86	80.968.035,53
Ativo corrente			
Inventários			
Clientes		1.770.706,93	1.985.913,25
Adiantamentos a fornecedores		590,00	590,00
Estado e outros entes públicos		28.661,10	117.751,65
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber		898.924,85	168.050,99
Diferimentos		4.595,55	80.688,94
Caixa e depósitos bancários		30.698.263,87	26.146.716,08
		33.401.742,30	28.499.710,91
Total do Ativo		111.724.760,16	109.467.746,44
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado		15.100.000,00	15.100.000,00
Prêmios de emissão			
Reservas legais		3.190.062,46	3.190.062,46
Outras reservas		32.070.515,60	32.070.515,60
Reservas não distribuíveis - Concessões		1.065.222,38	1.065.222,38
Resultados transitados		3.198.271,54	-22.896,15
Outras variações no capital próprio		26.231.039,62	27.200.391,35
		80.855.111,60	78.603.295,64
Resultado líquido do período		2.087.632,11	3.221.167,69
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		82.942.743,71	81.824.463,33
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		490.974,63	490.974,63
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		478.238,70	520.942,98
Passivos por impostos diferidos		487.992,25	448.686,96
Outras Contas a Pagar		7.750.208,68	8.058.876,20
Diferimentos		12.468.363,82	12.846.697,54
		21.675.778,08	22.366.178,31
Passivo corrente			
Fornecedores		910.071,34	854.255,84
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		1.204.144,00	357.956,06
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		2.107.408,92	2.312.106,23
Diferimentos		2.884.614,12	1.752.786,67
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		7.106.238,38	5.277.104,80
Total do Passivo		28.782.016,46	27.643.283,11
Total do Capital Próprio e do Passivo		111.724.760,16	109.467.746,44

6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Unid.: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		ORÇAMENTO	30-06-2017	30-06-2016
Vendas e Serviços Prestados		9.640.860	9.110.007,31	9.104.909
Trabalhos para a própria entidade		75.000	0,00	21.151
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0		0
Fornecimentos e serviços externos		-1.585.110	-1.309.498,29	-1.294.926
Gastos com o pessoal		-4.462.252	-3.806.436,22	-3.559.742
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-30.000	-41.553,64	-32.214
Provisões (aumentos/reduções)		0	0,00	0
Outros rendimentos e ganhos		900.895	905.334,02	827.528
Outros gastos e perdas		-518.041	-462.896,31	-487.093
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4.021.351	4.394.956,88	4.579.614
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-3.219.368	-2.933.987,24	-2.954.817
Subsídios ao Investimento		1.288.726	1.283.909,58	1.295.470
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.090.709	2.744.879,22	2.920.267
Juros e rendimentos similares obtidos		53.000	42.730,77	51.111
Juros e gastos similares suportados		-1.000	0,00	0
Resultados antes de impostos		2.142.709	2.787.609,99	2.971.379
Imposto sobre o Rendimento - Corrente		-470.658	-650.210,03	-688.682
Imposto sobre o Rendimento - Diferido		-44.836	-49.767,84	-40.929
Resultado Líquido do Período		1.627.215	2.087.632,11	2.241.767

Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da empresa-mãe		1.627.215	2.087.632,11	2.241.767
Interesses Minoritários				
		1.627.215	2.087.632,11	2.241.767
Resultado por acção básico		0,54	0,69	0,74

7. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS SEE - 2017

No âmbito das Orientações Estratégicas para o Setor Empresarial do Estado, foi definida uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promovam o equilíbrio operacional.

Foi, igualmente definido, que as empresas com EBITDA positivo deveriam assegurar a redução do peso dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal no Volume de Negócios.

À data de 30/06/2017, e quando comparado com o previsto em termos orçamentais, o objetivo de assegurar a redução do peso dos Gastos no Volume de Negócios foi atingido, verificando-se uma redução de 10,4 p.p. Já quando comparado com o real do mesmo período do ano anterior, o mesmo rácio apresenta um aumento de 5 p.p..

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO JUN/2017	REAL JUN/2017	DIF. (R-O)	% (R-O)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	1.585.110	1.309.498	-275.612	-17,4%
GASTOS COM PESSOAL	4.462.252	3.806.436	-655.816	-14,7%
FSE + GASTOS COM PESSOAL	6.047.363	5.115.935	-931.428	-15,4%
VOLUME DE NEGÓCIOS	10.083.466	9.522.473	-560.992	-5,6%
PESO DOS GASTOS NO VOLUME NEGÓCIOS (%)	60,0%	53,7%		
VARIAÇÃO ORÇ/REAL	-10,4 p.p.			

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL JUN/2016	REAL JUN/2017	DIF. (17-16)	% (17-16)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	1.294.926	1.309.498	14.573	1,1%
GASTOS COM PESSOAL	3.559.742	3.806.436	246.694	6,9%
FSE + GASTOS COM PESSOAL	4.854.668	5.115.935	261.267	5,4%
VOLUME DE NEGÓCIOS	9.487.060	9.522.473	35.413	0,4%
PESO DOS GASTOS NO VOLUME NEGÓCIOS (%)	51,2%	53,7%		
VARIAÇÃO REAL/REAL	+5,0 p.p.			

8. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

De acordo com o Ofício Circular n.º 6132 da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de 06/08/2010, há que prestar informação sobre a forma de aplicação das normas de contratação pública, especificamente para contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000 euros (s/IVA).

Até ao final do 1º semestre de 2017, a APSS efectuou as seguintes adjudicações de prestações de serviços, que se enquadram nos parâmetros atrás referidos.

- Adjudicação, em 20/04/2017, à empresa *LUSO-ATLÂNTICA – Corretor de Seguros, SA*, do serviço de seguros, para o período de 1 de maio de 2017 a 30 de abril de 2018, no montante de 209.321,10 euros.
O procedimento adotado foi o *Ajuste Direto*, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 24.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 07/06/2017, à empresa *PH Energia, Lda*, o fornecimento de energia elétrica em M.T e B.T.E, para o período de 1 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018, no montante de 422.636,05 euros.
O procedimento adotado foi o *Concurso Público*, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.

RELATÓRIO DO 2.º TRIMESTRE DE 2017

DO CONSELHO FISCAL

1. Introdução

No cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, que rege a APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA (APSS) e aprovou os respetivos Estatutos, conjugado com o n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e ainda por força do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o regime jurídico do sector público empresarial, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório relativo ao 2.º trimestre de 2017.

O relatório em apreço versa os controlos efetuados, anomalias detetadas e os principais desvios ocorridos, entre os valores executados até ao final do 2.º trimestre de 2017 e os previstos no Plano de Atividades e Orçamento, 2017-2019, datado de 6 janeiro (doravante, designado por plano inicial), bem como, os verificados no período homólogo de 2016.

Salienta-se, contudo, que o plano inicial foi já objeto de reformulação, cuja última versão foi remetida ao Gabinete da Senhora Ministra do Mar, a 31 de agosto último, pelo que o presente relatório privilegia, em face das circunstâncias, a análise dos desvios em relação ao período homólogo.

O relatório abrange o conjunto de factos ocorridos durante o 2.º trimestre de 2017 e tem por base o Relatório Económico-Financeiro do Conselho de Administração da Sociedade, relativo ao 2.º trimestre de 2017 e o Memorando de Acompanhamento do Revisor Oficial de Contas (ROC) que integra o Conselho Fiscal, datado de 7 de novembro de 2017, anexo ao presente documento, constituindo parte integrante do mesmo e ainda da análise das atas do Conselho de Administração e nos esclarecimentos prestados pela Sociedade.

2. Atividade desenvolvida e análise da execução orçamental

Relativamente aos factos e resultados atingidos no 2.º trimestre de 2017, evidenciam-se os seguintes aspetos:

- O Resultado líquido no final do 2.º trimestre de 2017 atingiu o montante de cerca de 2.087,6 mil euros, situando-se cerca de 28,3% acima do valor orçamentado inicialmente e cerca de 6,9% abaixo do verificado no período homólogo, correspondente, neste último caso, a uma variação de cerca de -154 mil euros;
- As variações ocorridas no resultado líquido refletem, essencialmente, os movimentos verificados no resultado operacional, o qual alcançou, no final do 2.º trimestre, o valor de cerca de 2.744,9 mil euros, superior em cerca de 31,3% em relação ao previsto no orçamento inicial e cerca de - 6% (cerca de -175,4 mil euros) em relação aos valores alcançados no período homólogo;
- A variação negativa constatada no resultado operacional, em relação ao valor atingido no período homólogo, e à semelhança do verificado aquando da análise do 1º trimestre, fundamenta-se, essencialmente, no acréscimo dos gastos operacionais (no valor de cerca de 216,4 mil euros, cerca de + 2,6%), em particular, nos gastos com pessoal¹ (acrécimo de cerca de 246,7 mil euros, cerca de +6,9%) não compensado pelo aumento dos rendimentos operacionais.

No trimestre em análise, constata-se que se mantém a tendência quanto à manutenção do nível dos rendimentos operacionais da APSS, verificando-se um acréscimo no total de rendimentos obtidos, em relação ao verificado no período homólogo, contudo, de valor reduzido (cerca de +32,6 mil euros, correspondente a cerca de + 0,3%) e com incidência nos serviços portuários;

- A APSS continua a manter um passivo remunerado nulo, pelo que o resultado financeiro reflete, essencialmente, a variação das remunerações obtidas junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EPE (IGCP), em resultado da aplicação das suas disponibilidades nesta Agência, verificando-se que o resultado financeiro no final do 2.º trimestre de 2017 atingiu o montante de cerca de 42,7 mil

¹ Decorrente do descongelamento das progressões nas carreiras ocorrido em julho de 2016.

euros, cerca de -9,3 mil euros em relação ao orçamentado inicialmente e cerca de -8,4 mil euros, em relação ao período homólogo, sem expressão material no resultado líquido alcançado pela Sociedade no período em análise;

- A execução do plano de investimentos, até ao final do 2.º trimestre de 2017, foi de cerca de 299,2 mil euros, correspondente apenas a cerca de 2,7% do orçamentado, com base na utilização somente de recursos próprios. Relativamente à variação com a execução alcançada no final do 1º trimestre, salienta-se o projeto de *Modernização das Linhas Férreas na Área de Jurisdição da APSS*, cujo valor realizado neste trimestre foi de cerca de 128,4 mil;
- Mais se refere que, no trimestre em análise não se constata variações de relevo relativamente aos três principais projetos constantes do plano de investimentos, proposto pela APSS, designadamente, no projeto referente à "Melhoria dos Acessos Marítimos do porto de Setúbal", assinalando-se que, a 30 de junho, o mesmo continuava a aguardar pela obtenção da prévia de Declaração de Impacto Ambiental Favorável ou Condicionalmente Favorável, a emitir pela APA, e que só veio a ocorrer em julho;
- Em termos da estrutura de capitais não se registam variações significativas no balanço da APSS, comparando os dados do final do ano de 2016 com os alcançados no final do segundo trimestre de 2017. A estrutura mantém-se equilibrada, embora registando ligeiros decréscimos no rácio de solvabilidade (capital próprio/passivo) e de autonomia financeira (capital próprio/ativo) que, no final do 2.º trimestre de 2017 atingiram, respetivamente, de 2,88 e de 74,24%;
- O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) obtido no final do 2.º trimestre de 2017, apurado nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, foi de 50 dias, registando um acréscimo de 7 dias, relativamente ao verificado no final do 1º trimestre do corrente ano. O cálculo deste indicador é conforme assinalado em anteriores relatórios não considera a faturação emitida pela empresa Águas do Sado, cujo valor acumulado a 30 de junho é de cerca de 197,2 mil euros, que a APSS considera

indevida, nem o montante de 277 mil euros de faturas não aceites dos anos de 2005 e 2006;

- A APSS, S.A. no trimestre em análise efetuou novas adjudicações de prestação de serviços superiores a 125 mil euros (s/IVA), referentes à adjudicação de serviços de seguro e de fornecimento de energia elétrica, conforme identificado no Relatório Económico-Financeiro em causa;
- Relativamente às restantes orientações e disposições legais² aplicáveis às empresas do SEE referem-se ainda os seguintes aspetos:
 - i) Constata-se no trimestre em análise um acréscimo dos gastos operacionais relativamente ao volume de negócios, comparando com os valores alcançados no período homólogo;
 - ii) Verifica-se uma redução do conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como, os associados à frota automóvel, em relação aos valores alcançados no período homólogo;
 - iii) A APSS manteve a generalidade das suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, permanecendo, contudo, com três contas abertas junto de instituições de crédito cujo saldo a 30 de junho de 2017 representa cerca de 0,20% do valor detido em "caixa e depósitos bancários";
- Por último, relativamente aos factos ocorridos durante o 2º trimestre destacam-se ainda:
 - i) a revisão do plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas; ii) lançamento da candidatura ao Compete 2020 do *Projeto da Melhoria dos Acessos Marítimos ao Porto de Setúbal*; iii) adjudicação da aquisição de viaturas elétricas para utilização pelos serviços operacionais.

² Designadamente, o Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, na sua atual redação, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2017 e que contem algumas disposições aplicáveis à execução do orçamento das empresas públicas não reclassificadas, como é o caso da APSS, salvaguardando-se, contudo, que o mesmo data de 3 de março e que algumas dessas disposições, designadamente, as relativas a gastos operacionais, têm um referencial comparativo de carácter anual pelo que as análises trimestrais têm carácter meramente indicativo.

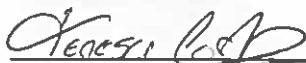
3. Conclusão

Em suma, conclui-se que o Relatório Económico-Financeiro relativo ao 2.º trimestre de 2017, apresentado pelo Conselho de Administração da APSS, reflete a atividade e o desempenho da empresa no período em causa, com informação detalhada e justificativa das alterações ocorridas, não tendo sido detetadas quaisquer anomalias, salvaguardando-se, contudo, os principais aspetos e considerações evidenciados no Memorando de Acompanhamento do ROC, que integra o Conselho Fiscal, constante do anexo ao presente documento.

A Sociedade continua a evidenciar uma estrutura económico financeira equilibrada, embora, com desempenho ligeiramente inferior ao verificado no período homólogo.

9 de novembro de 2017

O Conselho Fiscal,



Teresa Isabel Carvalho Costa (Presidente)



Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio (Vogal Efetivo)

Anexo: Memorando de Acompanhamento da SROC (Vogal Efetivo do Conselho Fiscal)

**Administração dos Portos de Setúbal e
Sesimbra, S.A.**

**Memorando de Acompanhamento – Segundo
Trimestre de 2017**

[Handwritten signature]



Ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

Memorando de Acompanhamento – Segundo Trimestre de 2017

Exmos. Senhores,

Introdução

1 Para efeitos do disposto no n.º 2 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, procedemos à análise da informação financeira preparada pelo Conselho de Administração da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., relativa ao segundo trimestre de 2017, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 2.º Trimestre 2017”, que inclui, entre outros aspetos, (i) análise orçamental, (ii) análise financeira comparativa, (iii) análise do plano de investimentos e (iv) programa “pagar a tempo e horas”.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Empresa a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

3 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Empresa ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento sucinto, com vista à identificação dos principais desvios em relação às previsões, assim como de outras situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

Âmbito

4 Para a elaboração deste Memorando de Acompanhamento, efetuamos:

- a) O acompanhamento da atividade da Empresa, através da participação em reuniões havidas com o Conselho de Administração e outros responsáveis, e da leitura das atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
- b) A análise da informação financeira relativa ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, incluindo os principais desvios em relação às previsões, os quais se encontram detalhados no documento em anexo preparado pelo Conselho de Administração da Empresa, denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 2.º Trimestre 2017”;
- c) A análise do grau de cumprimento do “Programa pagar a tempo e horas”;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3.º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 20171485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence a rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente

44

[Handwritten signature]

5 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Empresa do período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Empresa no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro.

Principais aspetos e considerações

6 Neste contexto, e com o objetivo de proporcionar informação sobre o trabalho realizado, resumimos, de seguida, os principais aspetos e considerações decorrentes da análise à execução do orçamento e informação financeira da Empresa do período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, que entendemos dever realçar neste Memorando de Acompanhamento:

6.1 O balanço e a demonstração dos resultados do período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e ao período homólogo do exercício anterior encontram-se detalhadas no documento em anexo (capítulos 1 e 2), preparado pelo Conselho de Administração da Empresa, denominado por "Relatório Económico-Financeiro – 2.º Trimestre 2017".

6.2 As reservas referidas na Certificação Legal das Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, datada de 14 de junho de 2017, mantem-se na informação financeira relativa a 30 de junho de 2017, nomeadamente:

a) o não reconhecimento pela APSS de ativos e passivo, resultantes de um contrato de concessão, o qual prevê o pagamento de uma indemnização pela reversão de determinados bens no final da concessão, por decisão unilateral do concessionário, devido ao facto de ser sua expectativa de que o contrato irá ser prorrogado por um período de tempo que permitirá a amortização integral desses bens. Atendendo a que, ao contrário da expectativa inicial, esta situação não tem evolução desde 2016, não temos informação que nos permita avaliar sobre a possibilidade e o momento de concretização deste pressuposto, não estando em condições de concluir sobre a sua razoabilidade e, consequentemente, sobre os eventuais efeitos desta situação na informação financeira referente a 30 de junho de 2017;

b) o facto de até à presente data não termos recebido nenhuma análise sobre as eventuais consequências da emissão, no final de 2016, pela Autoridade Tributária de um Parecer vinculativo a uma administração portuária, no âmbito do enquadramento em sede de IVA de serviços prestados a terceiros, nem existir divulgação detalhada sobre esta questão e respetivo tratamento contabilístico e fiscal da mesma, o que não nos permite concluir sobre a existência, ou não, de eventuais efeitos desta situação na informação financeira do período findo em 30 de junho de 2017.

6.3 Tomámos conhecimento que no início de 2017 foi implementada a Fatura Única Portuária (FUP). Assini, recomendamos aos Serviços que se certifiquem de que os procedimentos contabilísticos e fiscais adotados são os adequados nas circunstâncias, devendo os Serviços estar preparados para justificar e suportar a sua conformidade face à legislação e demais normas em vigor. Adicionalmente, aguardamos a informação solicitada para que possamos proceder à sua análise.

6.4 Com referência a 30 de junho de 2017, no âmbito do “Programa pagar a tempo e horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, são os seguintes os prazos médios de pagamento da Empresa (dias):

<u>30.06.17</u>		<u>31.12.16</u>
(2)	(dias)	(1) e (2)
<u>50</u>		<u>46</u>

(1) Conforme publicado no Relatório e Contas de 2016

(2) Este cálculo não inclui facturas emitidas por terceiros relativas aos exercícios de 2005 e 2006, no montante de 277 milhares de euros, nem a faturação emitida pela entidade Águas do Sado, relativa a taxas de saneamento

(conforme divulgado no Relatório Económico-Financeiro do 2º Trim)

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais. Entretanto, agradecemos à APSS a amabilidade com que foram recebidos os nossos colaboradores durante a realização do nosso trabalho, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos.

7 de novembro de 2017

De V. Exas.
Atentamente

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.